



245
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível
nº 0340801-5
Embargante: Estado de Pernambuco
Procuradora: Eduardo Prazeres Carneiro de França
Embargado: Rejane Lourenço de Moura
Advogada: Marco Aurélio Carneiro de Menezes
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DIREITO HUMANO À SAÚDE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS DE FORMA INDISCREPANTE.

1. Os Embargos de Declaração constituem recurso de extremados requisitos objetivos, conforme normatização imersa no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2. Notadamente, a decisão embargada foi bastante cristalina quanto aos motivos que levaram a rejeição do pedido do embargante, então agravante, para oferecer outros equipamentos constante na lista do SUS e da SES/PE e que estariam a disposição da recorrida, por considerar que a obrigação estatal consiste na prestação da melhor medicação que atenda à necessidade do paciente com maior eficiência.

3. Nesse caso, é bem clara a referência à gravidade da doença que aflige a embargada, portadora de Doença Arterial Coronária (DAC), sendo também acometida de Diabetes Mellitus tipo II pelo que o fornecimento do aparelho pleiteado, Sistema AngelMed Guardian Monitor Intracardiaco - Cod. 40.05.008-4 + eletrodo ventricular - Cod. 40.05.0006-8 + dispositivo externo (EXD), nos termos prescritos por profissional médico no laudo de fl.30, é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

4. Por óbvio, a alegação de necessidade de utilização de um equipamento qualquer, a ser fornecido pelo Estado, deve vir lastreada por documentação idônea e suficiente ao atendimento do



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

pedido, ou seja, não é o nome indicado pela parte que conta e sim o prescrito por profissional devidamente qualificado para tanto, conforme consta nos atestados médicos supracitados a explícita indicação da prótese pretendida, sendo este o equipamento a ser fornecido. Na hipótese, impende registrar que a pretensão da recorrida encontra-se lastreada por um conjunto probatório capaz de demonstrar a existência de todos os requisitos necessários ao seu deferimento, quais sejam, a condição de hipossuficiência, a existência da enfermidade e a necessidade do equipamento requestado (fls. 16/16v dos autos).

5. A decisão vergastada esclareceu de forma precisa os motivos que a levaram a negar provimento ao recurso de agravo manejado pelo embargante, uma vez que entendeu que a ingerência do Poder Judiciário, no caso em comento, afigura-se necessária, porque que visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através da norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, e ainda, que restaram aparentemente comprovadas, como já dito acima, a necessidade do tratamento médico e a falta de condições de adquiri-lo por parte da recorrida, situação essa que permite a concessão da tutela perseguida pela parte embargada, segundo o posicionamento consolidada dos Tribunais Superiores e deste Egrégio Sodalício, conforme restou demonstrado na decisão embargada.

6. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

7. Aclaratórios conhecidos tão somente para fins de prequestionamento, porém não providos de forma unânime.



246
70

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0340801-5, acordam os Desembargadores que integram Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 25/09/14, à unanimidade de votos, em acolher o recurso em questão tão somente para fins de prequestionamento, todavia, negando-lhe provimento nos termos do relatório, votos, ementa e notas taquigráficas em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P. e I.

Recife, 25/09/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



247
p

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível
nº 0340801-5
Embargante: Estado de Pernambuco
Procuradora: Eduardo Prazeres Carneiro de França
Embargado: Rejane Lourenço de Moura
Advogada: Marco Aurélio Carneiro de Menezes
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão que negou provimento ao recurso de agravo interposto pela parte ora embargante, mantendo a decisão terminativa que negou provimento ao apelo formulado pela parte ora agravante, mantendo a sentença que deferiu o pedido formulado na inicial que determinou que o Estado de Pernambuco, ora apelante, providenciasse o fornecimento e a cirurgia para o implante na agravada do MONITOR CARDÍACO - SISTEMA ANGELMED GUARDIAN - COD. 40.05.008-4, ELETRODO VENTRICULAR - COD. 40.05.0006-8 E DISPOSITIVO EXTERNO indicado para o tratamento de Doença Arterial Coronária (DAC) da qual é portadora, conforme prescrição médica acostada aos autos.

Alega o embargante, em síntese, que os presentes aclaratórios foram interpostos unicamente para fins de prequestionamento dos dispositivos legais consubstanciados nos arts. 2º, 5º, 37, caput, e XXI e 196 da C.F/88, em específico quanto à lesão ao Princípio da Separação dos Poderes.

Pleiteia, ao final, que sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar a omissão alegada e prequestionar a matéria versada.

É o relatório.

Recife, 25/09/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



228

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
Embargos de Declaração no Recurso de Agravo na Apelação Cível
nº 0340801-5
Embargante: Estado de Pernambuco
Procuradora: Eduardo Prazeres Carneiro de França
Embargado: Rejane Lourenço de Moura
Advogada: Marco Aurélio Carneiro de Menezes
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão a macular o acórdão invecivado, senão vejamos.

Notadamente, a decisão embargada foi bastante cristalina quanto aos motivos que levaram a rejeição do pedido do embargante, então agravante, para oferecer outras equipamentos constante na lista do SUS e da SES/PE e que estariam a disposição da recorrida, por considerar que a obrigação estatal consiste na prestação da melhor medicação que atenda à necessidade do paciente com maior eficiência.

Nesse caso, é bem clara a referência à gravidade da doença que aflige a embargada, portadora de Doença Arterial Coronária (DAC), sendo também acometida de Diabetes Mellitus tipo II pelo que o fornecimento do aparelho pleiteado, Sistema AngelMed Guardian Monitor Intracardiaco – Cod. 40.05.008-4 + eletrodo ventricular – Cod. 40.05.0006-8 + dispositivo externo (EXD), nos termos prescritos por profissional médico no laudo de fl.30, é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Por óbvio, a alegação de necessidade de utilização de um equipamento qualquer, a ser fornecido pelo Estado, deve vir lastreada por documentação idônea e suficiente ao atendimento do pedido, ou seja, não é o nome indicado pela parte que conta e sim o prescrito por profissional devidamente qualificado para tanto, conforme consta nos atestados médicos supracitados a explícita indicação da prótese pretendida, sendo este o equipamento a ser fornecido.

Na hipótese, impende registrar que a pretensão da recorrida encontra-se lastreada por um conjunto probatório capaz de demonstrar a existência de todos os requisitos necessários ao seu deferimento, quais sejam, a condição de hipossuficiência, a existência da enfermidade e a necessidade do equipamento requestado (fls. 16/16v dos autos).

Logo, a decisão vergastada esclareceu de forma precisa os motivos que a levaram a conceder o pleito pretendido pela parte embargada, uma vez que entendeu que a ingerência do Poder Judiciário, no caso em comento, afigura-se necessária, porque visa assegurar o direito público subjetivo à saúde, garantido através da norma programática inscrita no art. 196, da CF/88, e ainda, que restaram comprovadas, como já dito acima, a necessidade do tratamento médico e a falta de condições de adquiri-lo por parte da recorrida, situação essa que permite a concessão da tutela perseguida pela parte embargada, segundo o posicionamento consolidado dos Tribunais Superiores e deste Egrégio Sodalício, conforme restou demonstrado na decisão recorrida.

Além disso, não está o Julgador obrigado a enfrentar todas as regras jurídicas, pontos e argumentos levantados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando os aspectos pertinentes que julgar necessário ao deslinde da causa, e a dizer o direito conforme a legislação que entender aplicável ao caso concreto, de acordo com seu livre convencimento.

Com efeito, o mero descontentamento da parte não tem por finalidade tornar cabíveis os Embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no acórdão embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses



jug

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir matéria já decidida.

Se porventura pretende o embargante modificar o aresto hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de Embargos de declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento da matéria suscitada, mas nego-lhes provimento.

É como voto

Recife, 25/09/2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator